

Arbitragem Obrigatória

Nº Processo: 29/2019 – SM

Conflito: art. 538º CT – AO para determinação de Serviços mínimos

Assunto: PROC. Nº 29/2019-SM | GREVE NA STCP | STTAMP | DE 24 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | PEDIDO DE ARBITRAGEM OBRIGATÓRIA PARA DETERMINAÇÃO DE SERVIÇOS MÍNIMOS.

ACÓRDÃO

I – Os Factos

1. A presente arbitragem emerge da comunicação dirigida ao Secretário Geral do Conselho Económico e Social com data de 17 de outubro de 2019, recebida nesse mesmo dia, da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), do aviso prévio de greve subscrito pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes da Área Metropolitana do Porto (STTAMP) na empresa STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. (doravante apenas designada por STCP), para o período de 24 de outubro a dia 31 de dezembro de 2019, nos termos do respetivo aviso prévio de greve.

Em anexo a esta mensagem de correio eletrónico constavam cópias dos seguintes documentos:

- Ata da reunião, convocada pela DGERT nos termos do n.º 2 do art.º 538.º do CT, que teve lugar no dia 16 de outubro de 2019, da qual consta que as partes não chegaram a acordo sobre a definição de serviços mínimos a prestar durante o período de greve, nem esta matéria é regulada pela regulamentação coletiva de trabalho aplicável.
- Aviso prévio de greve emitido pelo STTAMP.
- Proposta de serviços mínimos apresentados pela STCP.

[Handwritten signature and star]

2. Acresce estar em causa uma empresa do Setor Empresarial do Estado, razão por que o litígio em causa deve ser apreciado e decidido por Tribunal Arbitral, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho (CT).

II – TRIBUNAL ARBITRAL E AUDIÊNCIA DAS PARTES

3. O Tribunal Arbitral foi constituído, nos termos do n.º 3 do art.º 24º do citado Decreto-Lei nº 259/2009, de 25 de setembro, com a seguinte composição:

- Árbitro presidente: Pedro Monteiro Fernandes;
- Árbitro da parte trabalhadora: Alexandra Simão José;
- Árbitro da parte empregadora: Nuno Bernardo.

4. O Tribunal Arbitral reuniu a 21 de outubro de 2019, pelas 10H00, nas instalações do CES.

5. Encontrando-se o STTAMP e a STCP devidamente convocados para estarem presentes na audição das partes, optaram por apresentar declarações escritas, que se anexam, através das quais reiteram *in totum* as posições já manifestada na DGERT.

III – FUNDAMENTAÇÃO

1. A Constituição da República Portuguesa (CRP) garante o direito à greve dos trabalhadores (n.º 1 do artigo 57.º CRP), remetendo para a lei “a definição das condições de prestação, durante a greve de serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, bem como de serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis” (n.º 3 do artigo 57.º CRP).

Handwritten signature and star

As limitações do direito à greve, consistentes na obrigação de prestação de “serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, bem como de serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis”, previstas no nº 3 do artigo 57.º CRP, têm que ser interpretadas em conformidade com o disposto no artigo 18º, nº 2, da mesma CRP, isto é, tais limitações serão as necessárias para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

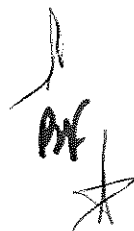
Não existindo direitos absolutos, nenhum pode prevalecer de per si, podendo ocorrer situações de colisão de direitos fundamentais na sua aplicação concreta.

O direito à greve poderá ter de ceder quando aqueles prejuízos ou transtornos a ela inerentes se revelarem socialmente intoleráveis, comprometendo a salvaguarda de outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos, na dimensão prevista no citado nº 2 do artigo 18º da CRP.

Dispõe, aliás, o artigo 537º do Código do Trabalho que se considera, nomeadamente, “empresa ou estabelecimento que se destina à satisfação de necessidades sociais impreteríveis o que se integra em algum dos seguintes setores: [...] Transportes, incluindo portos, aeroportos, estações de caminho-de-ferro e de camionagem, relativos a passageiros, animais e géneros alimentares deterioráveis e a bens essenciais à economia nacional, abrangendo as respetivas cargas e descargas”

2. Cabe ao Tribunal, por isso, avaliar se, e em que medida, é necessário restringir o direito à greve dos trabalhadores ao serviço da STCP para garantir a satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

Importa notar, antes de mais, que a eventual situação de conflito de direitos deve ser resolvida à luz do disposto no art. 538.º, n.º 5, do Código do Trabalho, isto é, a definição dos serviços mínimos deve respeitar os princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.



A necessidade de transporte a satisfazer durante a greve tem de ser uma necessidade efetiva, os serviços de transporte a assegurar não de ser os indispensáveis à satisfação dessa necessidade e esta deve ser de uma intensidade que justifique o sacrifício de um direito fundamental como é o direito de greve.

Não basta, pois, invocar os contratempos que decorrem, necessariamente, de uma greve. É necessário que existam necessidades concretas, de tal modo relevantes e impreteríveis que suplantem o direito de greve e justifiquem o seu sacrifício.

Assim, a concretização dos serviços mínimos deva ser feita de uma forma especialmente cautelosa e prudente.

Note-se que, in casu, a impossibilidade de auscultar as partes presencialmente, obstou a que o Tribunal pudesse tirar algumas dúvidas sobre algumas das linhas propostas pela STCP para fazerem parte dos serviços mínimos, circunstância ultrapassada pela análise feita pelos árbitros aos dados disponíveis, designadamente por via digital, no sítio da internet da empresa.

Por último refira-se que o Sindicato declarou que assegurará, no decurso da greve, quaisquer serviços que, em função de circunstâncias concretas e imprevisíveis, venham a mostrar-se necessários à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

IV – DECISÃO

1. Por todo o exposto, o Tribunal Arbitral decidiu, por unanimidade, fixar os serviços mínimos nos seguintes termos:

- Os serviços necessários ao funcionamento das portarias;
- Os carros de apoio à linha aérea e desempanagem;
- O serviço de pronto socorro;
- Os serviços de saúde e de segurança das instalações e equipamentos;

- O funcionamento das linhas 901 e 906, com 4 viaturas em período diurno e 1 em período noturno;
- O funcionamento da linha 907, com 3 viaturas apenas em período diurno;
- O funcionamento da linha 208, com 4 viaturas apenas em período diurno;
- O funcionamento da linha 501, com 1 viatura, apenas no período noturno;
- O funcionamento dos serviços das madrugadas, conforme consta da proposta da empresa (1M, 4M, 5M, 7M, 10M e 13M).


2. Os meios humanos necessários para assegurar os serviços mínimos são designados, nos termos legais, pela associação sindical que declarou a greve, até 48 horas antes do início do período de greve ou, se estes não o fizerem, deve a empresa proceder a essa designação, tendo em atenção os princípios da necessidade e da adequação.

3. A prestação dos serviços mínimos deve ser satisfeita pelos trabalhadores não aderentes à greve. O recurso à prestação de trabalho de aderentes à greve apenas será possível quando as necessidades correspondentes não puderem ser satisfeitas através do recurso ao trabalho de não aderentes à greve.

Lisboa, 21 de outubro de 2019

Árbitro Presidente 
(Pedro Monteiro Fernandes)

Árbitro de Parte Trabalhadora 
(Alexandra Simão José)

Árbitro de Parte Empregadora 
(Nuno Bernardo)

Apoio Secretario Geral CES

De: Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes da Área Metropolitana do Porto - STTAMP <sttampporto@hotmail.com>

Enviado: sexta-feira, 18 de outubro de 2019 16:31

Para: Apoio Secretario Geral CES; pedromonteirofernandes@gmail.com; Pedro Monteiro Fernandes; Pedro Monteiro Fernandes; Pedro Monteiro Fernandes; Alexandra Simão José; alexandrasimaojose@gmail.com; Nuno Bernardo; Dr. Nuno Bernardo (nunobernard@gmail.com); lgiroto@stcp.pt; secretariastcp@stcp.pt; Alexandra Silva; 'Dra. Paula Fernandes'; 'Dr. Fernando Catarino José'; Sandra Ribeiro; Ces Portugal; Secretário Geral; Coordenadora

Cc: Fernando.C.Jose@dgert.mtsss.pt; Paula.G.Fernandes@dgert.mtsss.pt; M.Alexandra.Silva@dgert.mtsss.pt; 'Elisabete Carvalho'; coordenacao@cgtp.pt; 'Secretário Geral da UGT'; 'Ana Lucia'; hteodoro@cap.pt; 'Júlia Ferreira'; geral@ccp.pt; 'Isabel Faria'; 'CIP - Ass. Jurídicos e Sociais'; geral@ctp.org.pt; Paulo.M.Fernandes@dgert.mtsss.pt; Paula Fernandes; Fernando Catarino José; Sandra Ribeiro; celestina.fg.oliveira@azores.gov.pt

Assunto: RE: Audição das Partes | Proc. N.º 29/2019-SM | Greve na STCP | STTAMP | para o período de 24 de outubro a 31 de dezembro de 2019

Importância: Alta

Sinal. de seguimento: Dar seguimento

Estado do sinalizador: Concluído

Exmos. Srs.

O STTAMP vem pelo presente, e pela faculdade que lhe foi proporcionada, manifestar a sua posição quanto à definição dos serviços mínimos para a greve na STCP,SA, que produz os seus efeitos a partir das 00H00 do dia 24 de Outubro de 2019 até às 24H00 do dia 31 de Dezembro de 2019, reiterando o seu entendimento vertido no aviso prévio de greve, de que se opõe a que sejam definidos serviços mínimos, atendendo a que o acesso dos transportes públicos aos hospitais e na esmagadora maioria dos estabelecimentos de ensino onde a abrangência das linhas da STCP,SA prestam o seu serviço, são também realizados diariamente e em modo de horário contínuo por empresas privadas de transporte de passageiros, e pelo Metro do Porto, pelo que deste modo não afectará o acesso normal das populações a estes estabelecimentos.

Face ao exposto a Direção do STTAMP reitera a sua posição manifestada inicialmente e que consta na acta da reunião realizada no dia 16 de Outubro de 2019 na Direção dos Serviços para as Relações Profissionais nas Regiões Norte e Centro da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) que a razão de definir serviços mínimos não se justificam.

A Direção

Sindicato dos Trabalhadores da Área Metropolitana do Porto
Rua dos Vanzeleros, 269 – 3º 4100-484 Porto
226 096 629 / 917 950 275
sttampporto@hotmail.com
www.sttamp.org



Apoio Secretario Geral CES

De: Luis Giroto <lgiroto@stcp.pt>
Enviado: domingo, 20 de outubro de 2019 23:15
Para: Apoio Secretario Geral CES; pedromonteirofernandes@gmail.com; Pedro Monteiro Fernandes; Pedro Monteiro Fernandes; Pedro Monteiro Fernandes; Alexandra Simão José; alexandrasimaojose@gmail.com; Nuno Bernardo; Dr. Nuno Bernardo (nunobernard@gmail.com); Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes da Área Metropolitana do Porto - STTAMP; Secretaria STCP; Alexandra Silva; 'Dra. Paula Fernandes'; 'Dr. Fernando Catarino José'; Sandra Ribeiro; Ces Portugal; Secretário Geral; Coordenadora
Cc: Fernando.C.Jose@dgert.mtsss.pt; Paula.G.Fernandes@dgert.mtsss.pt; M.Alexandra.Silva@dgert.mtsss.pt; 'Elisabete Carvalho'; coordenacao@cgtp.pt; 'Secretário Geral da UGT'; 'Ana Lucia'; hteodoro@cap.pt; 'Júlia Ferreira'; geral@ccp.pt; 'Isabel Faria'; 'CIP - Ass. Jurídicos e Sociais'; geral@ctp.org.pt; Paulo.M.Fernandes@dgert.mtsss.pt; Paula Fernandes; Fernando Catarino José; Sandra Ribeiro; celestina.fg.oliveira@azores.gov.pt
Assunto: RE: Audição das Partes | Proc. N.º 29/2019-SM | Greve na STCP | STTAMP | para o período de 24 de outubro a 31 de dezembro de 2019

Ex.mos Senhores,

A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., na impossibilidade de marcar presença na audição do empregador prevista para o dia 21 de outubro de 2019 pelas 11 horas, vem por este meio manifestar a sua posição quanto à definição dos serviços mínimos para a greve na STCP,SA, que produz os seus efeitos a partir das 00H00 do dia 24 de Outubro de 2019 até às 24H00 do dia 31 de Dezembro de 2019.

A STCP, S.A. é a única empresa de transportes públicos de passageiros a operar durante as 24 horas do dia, assegurando um papel único e insubstituível na mobilidade dos 6 municípios onde opera. A STCP, S.A. detém a exclusividade do serviço de transportes públicos rodoviário na cidade do Porto, resumindo-se a atividade dos outros operadores na cidade a algumas ligações com os concelhos limítrofes, ou seja, todas as deslocações neste modo de transporte dentro da cidade do Porto são exclusivas da STCP, S.A..

Uma paralisação da STCP, S.A. teria consequências graves e irremediáveis no direito ao trabalho, direito à saúde, e direito à educação, com especial ênfase nas populações socialmente mais desprotegidas e em todas as pessoas com mobilidade reduzida.

Relembramos, que em greves semelhantes, quer em duração quer em abrangência da amplitude nos serviços (24 horas nos 7 dias da semana), os serviços mínimos decretados, estão em consonância com a nossa proposta apresentada.

Face ao exposto a STCP, S.A. reitera a sua posição sobre os serviços mínimos, manifestada por escrito e que consta na ata da reunião realizada no dia 16 de Outubro de 2019 na Direção dos Serviços para as Relações Profissionais nas Regiões Norte e Centro da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT).

Com os nossos melhores cumprimentos

Luis Giroto
Departamento de Recursos Humanos

